

- “Workshop – A Lei dos compromissos e dos Pagamentos em Atraso”, realizado a 22 de maio de 2013, com a duração de 7h;
- “Workshop – Sensibilização para a ISSO 9001:2008”, realizado em 24 de outubro de 2012, com a duração de 4h;
- “Auditoria e Acompanhamento à Execução Financeira de Projetos Financiados pelo ICA, IP”, novembro de 2011;
- “FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública”, entre fevereiro e maio de 2010, com a classificação final de 16,4 valores na escala de 0 a 20;
- “O SIADAP como Instrumento de Estratégico: Questões sobre a sua Implementação”, fevereiro de 2010;
- “Novo Regime de Vínculos, Carreiras e Remunerações”, abril de dezembro de 2008
- “Qualidade e Desempenho”, outubro e fevereiro de 2008;

#### Atividade profissional:

Atualmente, exerce funções de assessora do Conselho Diretivo do ICA, tendo pedido a cessação, em setembro de 2013, da comissão de serviço, do cargo de direção intermédia de 1º grau, de diretora do Departamento do Cinema e do Audiovisual do ICA.

Nomeação, em regime de comissão de serviço, por três anos, após procedimento concursal, para o cargo de direção intermédia de 1º grau, de diretora do Departamento do Cinema e do Audiovisual do ICA, em junho de 2013.

Nomeação, em regime de substituição, para o cargo de direção intermédia de 1º grau de diretora do Departamento do Cinema e do Audiovisual do ICA, em junho de 2012.

Renovação, em novembro de 2011, da comissão de serviço de Chefe de Divisão de Programas e Projetos do ICA - Instituto do Cinema e do Audiovisual, em julho de 2008.

Nomeação, em regime de comissão de serviço, por três anos para o cargo de direção intermédia de 2º grau Chefe de Divisão de Programas e Projetos do ICA, em abril de 2007.

Nomeação, em comissão de serviço por três anos diretora do Departamento de Fomento da Indústria de Conteúdos Culturais do ICAM - Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia, em dezembro de 2004.

Renovação, em março de 2003, da comissão de serviço como diretora do DAF - Departamento Administrativo e Financeiro do ICAM.

Nomeação, em comissão de serviço por três anos, como diretora do DAF do ICAM, em maio de 2000.

Nomeação, em comissão de serviço por um ano, como diretora do DAF do ICAM, em agosto de 1999.

Nomeação, em regime de substituição, como diretora do DAF - Departamento Administrativo e Financeiro do ICAM, em junho de 1999.

Nomeação, em comissão de serviço, como diretora de serviços de Administração da Direção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, em abril de 1997.

Nomeação, em comissão de serviço, como diretora de serviços de Gestão e Administração do Instituto de Proteção da Produção Agroalimentar, em abril de 1993.

Nomeação, em regime de substituição, como diretora de serviços de Administração, na Direção-Geral da Pecuária, em junho de 1991.

Nomeação, em comissão de serviço, como chefe de divisão de Estudos e Programação na Direção-Geral da Pecuária, em agosto de 1985.

Ingresso na carreira técnica superior, no Ministério da Agricultura e Pescas, em julho de 1978.

Ingresso no Ministério, em abril de 1977.

207555854

#### Despacho n.º 1166/2014

Considerando que a Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com as alterações e na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, estabelece no n.º 4 do artigo 19.º que os membros do Conselho Diretivo são designados por despacho do membro do Governo com tutela, na sequência de procedimento concursal, ao qual se aplicam as regras de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública;

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal, a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública; e

Considerando os resultados obtidos em sede do procedimento concursal, desenvolvido naqueles termos, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P., e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 6 do artigo 19.º do referido Estatuto:

1 - Designo, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 19.º Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com as alterações e na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e na sequência de procedimento concursal, Ana Cristina Assis dos Santos da Costa Dias Marques Passos, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P., a que se referem os artigos 4.º, alínea a), e 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 79/2012, de 27 de março.

2 - Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com as alterações e na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 15 de janeiro de 2014.

15 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*:

#### Nota Curricular

Dados Pessoais: Ana Cristina Assis dos Santos da Costa Dias Marques Passos

Data de nascimento: 13 de maio de 1960

Licenciou-se em Direito, em 1985, na Universidade Católica de Lisboa, tendo finalizado o estágio de Advocacia em 1987;

Em 1989 realiza o Curso de Gestão para PME ministrado pela CEGOR; Obtém, em 1993, a Pós Graduação em Direito da Comunicação no Instituto Jurídico da Comunicação Social da Universidade de Coimbra e, em 1994, em Propriedade Industrial e Direitos de Autor na Universidade Lusíada;

Em 2006 realiza o Curso de Notariado na Universidade Lusófona de Lisboa.

Atividade Profissional:

No âmbito do XIX Governo Constitucional é designada, em julho de 2011, Adjunta do gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, funções que desempenhou até dezembro de 2012, altura em que foi designada Técnica Especialista no Gabinete do Ministro da Economia e do Emprego. Em julho de 2013 é designada Adjunta e Chefe de Gabinete em substituição no gabinete do Ministro da Economia.

Entre 2010 e 2011 exerce funções como Consultora Jurídica na ADENE – Agência para a Energia e exerce Advocacia em regime liberal.

De 2003 a 2010 desempenhou funções como Adjunta de vários membros do Governo no âmbito dos XV, XVI XVII e XVIII governos constitucionais (Secretário de Estado da Saúde - XV Governo Constitucional, Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Turismo - XVI Governo Constitucional; Ministro da Economia e da Inovação - XVII Governo Constitucional; Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento - XVIII Governo Constitucional.)

Foi Diretora do Gabinete Jurídico da Radiotelevisão Portuguesa, SA, entre 2000 e 2003, funções que acumula no decurso de 2002 com as de Diretora de Recursos Humanos.

Foi Vogal do Conselho de Gerência da TV Guia Editora, Lda., no período de 2000 a 2002.

De 1991 a 2003 é Advogada do quadro da Radiotelevisão Portuguesa, S.A. (RTP).

De 1989 a 1991 foi Diretora Geral da Optivisão, Ótica, Serviços e Investimento, SA..

Foi Secretária Geral e Consultora Jurídica da União Profissional dos Óticos e Optometristas Portugueses entre 1987 e 1998.

Exerceu Advocacia em regime de profissão liberal de 1987 a 2005 e de 2010 a 2011 em diferentes escritórios de Advogados, designadamente na Sociedade de Advogados, Saias e Costa Dias (1998-2005) da qual foi sócia.

Participou, como Coautora na Coletânea de textos “Num Novo Mundo do Direito de Autor”, Lisboa, Edições Cosmos 1994 e participou como oradora em diversos seminários e conferências desenvolvendo temas nas áreas dos direitos de autor e direitos conexos; direito da publicidade; financiamento do serviço público de televisão; direito das telecomunicações entre outros.

207555902

#### Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude

#### Aviso n.º 1016/2014

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro, torna-se público que o requerimento para atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva,